



REP's - Revista Even. Pedagóg.

Número Regular: Educação e Literatura: saberes, cultura e leitura

Sinop, v. 10, n. 1 (26. ed.), p. 350-361, jan./jul. 2019

ISSN 2236-3165

<http://sinop.unemat.br/projetos/revista/index.php/eventos/index>

DOI: 10.30681/2236-3165

PRÁTICAS INCLUSIVAS NAS ESCOLAS DO MUNICÍPIO DE SINOP¹

INCLUSIVE PRACTICES AT MUNICIPAL SCHOOLS OF SINOP

Larissa Ribeiro Bueno

RESUMO

As práticas de inclusão escolar para crianças com deficiência estão intimamente ligadas à educação especial. O objetivo foi analisar as concepções e vivências dos professores em seu cotidiano, considerando a educação inclusiva. A pesquisa foi realizada de forma qualitativa e conduzida por entrevistas semiestruturadas, com professores que atuam em salas de recurso da rede municipal de Sinop, Mato Grosso. Conclui-se que a inclusão ainda apresenta-se distante da forma como a lei nº 13.146 prevê e com caminhos conflitantes. Contudo, a educação especial tem sido um alicerce necessário que tem balizado as práticas de inclusão nesse cenário de educação fragilizada que ainda persevera nas escolas.

Palavras-chave: Educação Inclusiva. Educação Especial. Vivências dos professores.

ABSTRACT²

School inclusion practices for children with disabilities are closely linked to special education. This paper main purpose was to analyze teachers' conceptions

¹ Este artigo é um recorte do Trabalho de Conclusão de Curso intitulado **PRÁTICAS INCLUSIVAS NO MUNICÍPIO DE SINOP**, sob a orientação do Dr. Marion Machado Cunha, Curso de Pedagogia, Faculdade de Educação e Linguagem (FAEL) da Universidade do Estado de Mato Grosso (UNEMAT), Câmpus Universitário de Sinop, 2019/1.

² Resumo traduzido pelo professor Genivaldo Rodrigues Sobrinho. Professor efetivo do curso de Letras da UNEMAT/Sinop. Mestre e doutor em Estudos Comparados de Literaturas de Língua Portuguesa pela Universidade de São Paulo - USP, 2010. Graduado em Licenciatura em Letras - Português/Inglês pela Unemat/Sinop, 1995.

and experiences during their daily life, by considering inclusive education. It was a qualitative research conducted by semi-structured interviews with teachers who work in resource rooms of municipal network of Sinop, Mato Grosso. It is concluded that inclusion still presents itself far from the way as the Law 13.146 provides and with conflicting paths. However, special education has been a necessary basis which has established inclusion practices in this fragile education scenario that still in schools.

Keywords: Inclusive Education. Special Education. Law. Teachers' Experiences.

Correspondência:

Larissa Ribeiro Bueno. Graduanda em Pedagogia Faculdade de Educação e Linguagem (FAEL), Universidade do Estado de Mato Grosso (UNEMAT). Sinop, Mato Grosso, Brasil. E-mail: larybbueno@gmail.com

Recebido em: 13 de maio de 2019.

Aprovado em: 03 de junho de 2019.

Link: <http://sinop.unemat.br/projetos/revista/index.php/eventos/article/view/3533/2473>

1 INTRODUÇÃO

Dirigimos este artigo para problematizar as práticas de inclusão escolar de pessoas com deficiências, mergulhar nas concepções sobre o que representa essa prática na vida escolar, analisando-as e interpretando-as no atual estágio dessa sociedade, na particularidade de Sinop, Mato Grosso (MT).

Discutimos sobre o que é a Educação Especial como ela acontece dentro das salas de Atendimento educacional Especializado (AEE), sobre a Educação inclusiva e como estas duas se relacionam dentro das escolas do município de Sinop. Portanto, nesta pesquisa buscamos trazer informações sobre as leis da Educação especial e os conceitos da inclusão escolar e como elas acontecem nos espaços escolares.

As práticas de educação inclusiva são consideradas ainda temas de relevância, e fazem-se necessárias discussões sobre este tema, para que a inclusão venha a tornar-se real no ambiente escolar.

A pesquisa pautou-se na abordagem qualitativa Triviños (1987), através de observações e entrevistas semiestruturadas. Para isto o trabalho se apresenta em

três partes. A primeira traz as pesquisas bibliográficas que fizemos sobre o processo de inclusão. Na segunda, apontamos as informações sobre a educação especial. E por fim, as análises dos dados obtidos com as entrevistas.

2 O PROCESSO INCLUSIVO

A educação inclusiva é voltada para a inserção no meio escolar para que todos possam aprender juntos com suas singularidades. Ela se pauta em uma abordagem mais humanística adaptando suas atividades para atender as singularidades. Fazendo com que assim, nenhum aluno sintam-se excluído em sala e possibilitando as mesmas vivências independente das suas limitações.

Na escola que assume a perspectiva inclusiva, todo professor busca despertar e desenvolver competências e propor conteúdos compatíveis com as experiências vividas pelos alunos, para que atribuam significado aos conteúdos, tendo participação ativa nesse processo. (POKER, 2013, p. 17).

Por ser uma educação humanística, a educação inclusiva pode não ocorrer de fato em algumas escolas, por se tratar de um todo e não somente da sala de aula, podemos ver certas dificuldades de alguns professores que nunca tiveram alunos com necessidades especiais em sua sala. De acordo com Pacheco, Eggertsdóttir e Marinósson (2006, p. 13) “A educação inclusiva tem sido discutida em termos de justiça social, pedagogia, reforma escolar e melhorias nos programas. No que tange à justiça social, ela se relaciona aos valores de igualdade e de aceitação”.

Fazer o papel como educador ensinando e valorizando as individualidades e as necessidades diferenciadas de cada um. As escolas precisam se adequar e construir maneiras em que todos possam ter garantido as aprendizagens e relações de convívio. Voltar-se para a diversidade é indispensável para as práticas de ensinar, a saber, lidar com as diferenças dentro do espaço escolar.

A escola prepara o futuro e, de certo que, se as crianças aprenderem a valorizar e a conviver com as diferenças nas salas de aula, serão adultos bem diferentes de nós, que temos de nos empenhar tanto para entender e viver a experiência da inclusão! O movimento inclusivo, nas escolas, por mais que ainda seja muito contestado, pelo caráter ameaçador de toda e qualquer mudança, especialmente no meio educacional, convence a todos

pela sua lógica e pela ética de seu posicionamento social. (MANTOAN, 2003, p. 48).

Por tanto a educação inclusiva ainda precisa percorrer um caminho longo para que ela venha a ser realidade em todas as escolas do nosso país. Sabendo que os benefícios não são puramente intelectuais, mas também sociais como diz a autora estas crianças vão crescer convivendo com pessoas diferentes sendo assim, vão tornar-se cidadãos mais compreensíveis, empáticos e sociais.

2.1 Educação Especial

A Educação Especial como o próprio nome já diz é uma educação voltada para pessoas com necessidades de aprendizagem diferenciada. Portanto, essa educação pode ser realizada em escolas especializadas ou até mesmo nas escolas regulares.

Não podemos falar sobre as práticas inclusivas sem falar da educação especial, já que não podemos falar delas separadamente por ser um direito constitucional. A educação especial é voltada nas práticas de ensino para alunos com necessidades especiais é um direito ofertado a pessoas que possuam alguma deficiência seja ela física ou mental, a garantia de um atendimento especializado é assegurada por lei, portanto um dever de todas as escolas.

A educação especializada, embora definida como educação escolar, revela um caráter médico-pedagógico no tipo de atendimento proposto para as escolas especializadas autônomas. O mesmo ocorre com relação às classes especiais, que, a despeito de integrarem o sistema escolar, devem ser confiadas a professores primários com preparo pedagógico especializado e subordinar-se ao Departamento de Educação. (MAZZOTTA, 2011, p. 156).

Essa educação especial tem o intuito facilitador mediante as dificuldades encontradas e unidas com a sala regular, para que este aluno possa vivenciar as mesmas coisas que todos possuem. A educação especial é um agregador e não deve ser trabalhada de forma excludente, mas sim de uma maneira que possa melhorar a qualidade daquilo que se aprende na sala regular.

Nesta perspectiva, o Ministério da Educação/Secretaria de Educação

Especial apresenta a *Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva*, que acompanha os avanços do conhecimento e das lutas sociais, visando constituir políticas públicas promotoras de uma educação de qualidade para todos os alunos. (BRASIL, 2008).

A educação especial baseia-se em leis, quando fala-se da educação especial estamos falando do cumprimento das leis.

Art. 206. O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios: I - igualdade de condições para o acesso e permanência na escola: Art. 208. O dever do estado com a Educação será efetivado mediante a garantia de: III - Atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino: (BRASIL, 2008).

Considerando a particularidade da pesquisa realizada, que teve como foco empírico as práticas educativas nas escolas municipais de Sinop, MT, a educação especial no município está cada vez mais ganhando espaços. Podemos observar que a maioria das escolas já conta com professores especializados e com as salas de recursos, embora o caminho ainda seja longo, um passo grande esta sendo tomado, para que todas as crianças com necessidades especiais possam ter um ensino de qualidade.

Trabalhar com a educação especial não é uma tarefa fácil, pois as dificuldades são diárias e o foco de ensino com estas crianças deve ser diferenciado da sala regular para que seja uma soma de aprendizados.

2.2 A pesquisa: decisões metodológicas

A pesquisa de campo foi realizada com cinco professores da rede municipal de Sinop, através de entrevistas semiestruturadas, sendo dois professores da educação infantil, dois do ensino fundamental e um professor atuante no Instituto Criança. Por tratar de questões sempre conflitantes sobre as práticas de inclusão na escola, decidimos por não revelar os nomes das escolas para melhor preservação dos entrevistados. Optou-se por estes sujeitos, pois a inclusão deve ser analisada em todas as perspectivas.

A entrevista é o procedimento mais usual no trabalho de campo. Através dela, o pesquisador busca obter informes contidos na fala dos atores

sociais. Ela não significa uma conversa despreziosa e neutra, uma vez que se insere como meio de coleta dos fatos relatados pelos atores, enquanto sujeitos- objeto da pesquisa que vivenciam uma determinada realidade que está sendo focalizada. Suas formas de realização podem ser de natureza individual e/ou coletiva. (DESLANDES, 2002, p. 57).

Todos os professores entrevistados são graduados em pedagogia e possuem especialização na área de Educação Especial, atuantes nas salas de Atendimento Educacional Especializado AEE, por mais de três anos, eles possuem uma bagagem de informações e vivências que enriquecem a pesquisa realizada. Após as observações realizadas em conjunto com os estágios, as entrevistas serviram para incorporar e trazer apontamentos fundamentais para a discussão sobre a educação especial e inclusiva.

As organizações curriculares das instituições estão de acordo com as diretrizes nacionais para a Educação infantil e fundamental.

Com base nas revisões bibliográficas podemos perceber vários pontos de vistas sobre a inclusão nas escolas e sobre as práticas realizadas para que ela ocorra. Deste modo as entrevistas trazem um debate sobre a realidade destas práticas e o que estes professores contribuem para a sua melhoria.

Entendemos por pesquisa a atividade básica da ciência na sua indagação e construção da realidade. E a pesquisa que alimenta a atividade de ensino e a atualiza frente à realidade do mundo. Portanto, embora seja uma prática teórica, a pesquisa vincula pensamento e ação. Ou seja, nada pode ser intelectualmente um problema se não tiver sido, em primeiro lugar, um problema da vida prática. As questões da investigação estão, portanto, relacionadas a interesses e circunstâncias socialmente condicionadas. São frutos de determinada inserção na vida real, nela encontrando suas razões e seus objetivos. (DESLANDES, 2009, p. 17).

Com o objetivo geral assim a pesquisa qualitativa. Conforme Triviños (1987, p. 120):

[...] compreende atividades de investigação que podem ser denominadas específicas. E, por outro, que todas elas podem ser caracterizadas por traços comuns. Esta é uma idéia fundamental que pode ajudar a ter uma visão mais clara do que pode chegar a realizar um pesquisador que tem por objetivo atingir uma interpretação da realidade do ângulo qualitativo.

A pesquisa é um processo de construção de conhecimento fundado na própria realidade. Trata-se de poder apreender as propriedades do fenômeno que se estuda e abstrair suas relações, origem, desenvolvimentos e fundamentos que

explicitam suas dimensões de causa e efeito, aparência e essência. Ou seja, sua composição real.

3 DAS CONCEPÇÕES A PRÁTICA DE INCLUSÃO NA ESCOLA: experiências e vivências

Aqui tratamos dos dados coletados e das entrevistas realizadas. Expressa-se aqui mais do que leituras dos professores que vivem as práticas pedagógicas de inclusão, os processos que desafiam não só os professores mas os sujeitos prioritários: os alunos com deficiência e que carecem de práticas inclusivas. Para isso situamos as entrevistas, com as projeções das perguntas.

Em entrevista com os professores questionou-se: O que é educação especial e inclusiva? Defina:

(01) Professora I: Educação especial é basicamente as leis legislação, educação inclusiva é o ato de incluir, a ação. A criança poder fazer tudo o que as outras estão fazendo, não importa a metodologia usada, se a criança está balançando ela também tem o direito de brincar no balanço, o que vai ser utilizado para isso, monitora, uma corda, uma adaptação não importa o que, inclusão é ter o direito de fazer a mesma coisa.

(02) Professora II: A educação especial infelizmente ainda é vista como um anexo da Educação Básica. Sim, ela está dentro da Educação Básica ela faz parte do processo são os mesmos alunos só que eles possuem um atendimento diferenciado para suprir as necessidades que eles têm infelizmente as pessoas e às vezes até o poder público enxergam como um gasto a mais, um incômodo a mais, porque realmente demanda de mais profissionais, demanda de mais materiais, de outros espaços então às vezes é visto como um incômodo, algo que demanda de mais recurso e pouco resultado porque infelizmente na esfera municipal o que se vê é o aumento do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica IDEB e essas crianças elas não vão ter impacto no IDEB não vão conseguir aumentar o IDEB do município. Nós que estamos na educação especial estamos lutando para que isso mude para

que essas crianças elas sejam vistas como pessoas inseridas na escola na sociedade.

(03) Professora III: Eu defino a educação especial e inclusiva como sendo a porta de abertura para a criança com deficiência poder estar dentro do ambiente escolar e aprender socializar, a se desenvolver mais estando em contato direto com os professores e alunos do ensino regular normal e não simplesmente afastá-lo disso ou criando uma escola fora só para a criança com deficiência. Ter a possibilidade de criar todos os meios para que ela possa estar ali para se desenvolver.

Podemos então perceber a confirmação de que a educação especial é baseada nas leis e diretrizes criadas para assegurar o direito destas crianças frequentarem o mesmo ambiente. E a inclusão são os meios facilitadores que fazem com que esta criança tenha acesso a tudo que as outras também têm. Evidencia-se que a educação especial e inclusiva andam de mãos dadas para que assim possibilitem as interações.

A professora II faz apontamentos muito importantes para a nossa compreensão, que todo o município tem a preocupação com o IDEB e sabe que estas crianças não darão um retorno, embora tenham gastos maiores, mais pessoas envolvidas, este retorno aparece de outras maneiras. Entretanto estas crianças não podem ser ignoradas e esquecidas e são para isso que muitos professores vêm lutando por melhorias e adequações para melhor desenvolver os seus trabalhos.

Para entendermos melhor como funciona a educação especial os questioneei como é realizado o diagnostico de uma criança especial.

(04) Professora I: O diagnostico é feito por um neurologista, o que se pode fazer na escola é o estudo de caso. O diagnostico pedagógico pode ser feito através dos passos: a professora identifica se existe algo diferente no comportamento e no desenvolvimento das atividades, comunica a coordenadora, se a coordenadora concordar ela tem que fazer um relatório e comunicar a professora de AEE. Leio o relatório observo a criança concordei com a professora e com a direção chama-se os pais vemos a possibilidade de encaminhar para um neurologista, caso os pais

não tenham condições de estar levando ao neurologista para fechar diagnóstico eu como professora de AEE acredito de verdade que essa criança possui deficiência, eu posso fazer um estudo de caso que é uma normativa do MEC que traz o estudo de caso que não substitui o laudo, mas permite que a criança não fique sem atendimento.

(05) Professora II: Hoje os pais têm mais clareza, mais informações então quando percebesse já na creche, o professor chama os pais para conversar para que possam obter um laudo. Aqui em Sinop nos temos profissionais que fazem esse atendimento, neurologista pediátrico, psicóloga as clínicas que trabalham de forma integrada com psicólogos, terapeutas ocupacionais, fonoaudiólogas que fazem esse diagnóstico das deficiências intelectuais.

A professora I explica com certos detalhes os passos a serem seguidos dentro da escola quando já se pode observar uma deficiência no processo de elaboração/construção da aprendizagem, juntamente com a resposta da professora II podemos ter uma breve noção de como chegam ao diagnóstico de uma criança com deficiência e, isso, pode ajudar-nos a refletir no conjunto do planejamento e ações perante nossos alunos. Embora como se observe o diagnóstico não é um documento emitido por um professor, mas a identificação precoce de algo diferente possa ser notada pelo professor de sala, coordenadores e professores da sala de AEE facilitando assim a efetividade de um laudo posterior.

Para finalizar os questionamos se de fato a inclusão acontece.

(6) Professora I: De fato, não eu acho assim como já trabalhei na Secretaria de Educação posso falar que Sinop está além de muitos municípios, acredito que do Mato Grosso é um dos municípios mais inclusivos porque nos oferecemos monitoria, os alunos da APAE que querem frequentar o ensino regular conseguem, porém quando falo que de fato inclusivo não, são por barreiras humanas o município oferece, nos temos criança aqui com sonda alimentar e nos fazemos à alimentação por sonda não é obrigação da escola mais para que essa criança alcance à inclusão nos fazemos aqui. Então a inclusão é oferecida, as pessoas é que ainda tem

barreiras para a inclusão de fato. Quando não fazem a adaptação correta de uma atividade, quando ele vai ao parque e fica no canto, dentro da sala fica separado, se essa criança não é percebida não é respeitada com as suas limitações, então isso não é um ato inclusivo ele não acontece de fato. Estamos há anos luz de uma inclusão de fato!

(07) Professora II: Em muitas situações sim, ainda falta por conta que a escola não tem uma estrutura adequada para atender algumas situações, principalmente no caso dos autistas mais severos, em questão de crianças que não conseguem ficar o tempo todo dentro da sala. O que a escola tem para oferecer para esses alunos? Não tem nada. Tem uma porcentagem de autistas que conseguem ser alfabetizados então o que a escola tem para oferecer para o aluno, por enquanto só sala de recurso à escola deveria ter outras opções, porque a escola para todos que a lei prega não atende a todas as necessidades do aluno. A escola abriu a porta para todo mundo entrar mais não criou suporte para que fiquem ali com qualidade.

(8) Professora III: Essa inclusão ela está começando a acontecer de fato agora que nos temos umas políticas públicas voltadas para essa questão da inserção da criança do direito dela a permanecer dentro da escola, esse direito que ela tem de ser trabalhada em outro período diurno, nessa sala de Atendimento Educacional Especializado AEE. Entretanto ainda existe uma falta em relação ao professor da sala regular reconhecer essa criança mais como um aluno dele e os demais membros da comunidade escolar. Falta essa relação sim, porque dentro da sala de recurso é proporcionado isso a ele, mas dentro da sala e fora dela? Porque o ambiente educacional é um todo, é no momento que ele está no intervalo, é no momento que vão fazer outras atividades dentro e fora de sala e ele acaba sendo excluído fica fazendo uma pintura, um desenho ao invés de estar desenvolvendo aquela atividade mais de forma adaptada a ele.

Conforme, Silva; Panarotto, (2014, p. 9) “A partir do processo de democratização da escola evidencia-se o paradoxo inclusão/exclusão quando os sistemas de ensino universalizam o acesso [...]”.

Podemos então observar que é um conjunto de fatores que fazem com que a inclusão não seja de fato uma realidade de acordo com os três professores acima que apontam questões humanas, estrutura e o conjunto delas podemos então dizer que tudo influencia para que não ocorra, mas que embora não se tenha estrutura qualificada a questão humana tem mais relevância por ser algo difícil de ser mudado em sua totalidade.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A educação inclusiva ainda é diferente do que se prevê em lei, os desafios diários com falta de equipamentos qualificados, a precária estrutura de algumas escolas, o processo excludente que ocorre nas salas de aula, a relação familiar desestruturada, entre outras observadas com este trabalho, faz com que a inclusão ainda esteja em um processo árduo de conquistas por seu espaço.

É importante reconhecer que a educação inclusiva tem um papel fundamental no desenvolvimento de todas as crianças não somente das que necessitam de atendimento especializado, pois a convivência traz importantes aprendizados fazendo com que os mesmos saibam lidar com as diferenças.

Os desafios vivenciados por esses professores são inegáveis, porém com os dados obtidos percebemos que elas não medem esforços para que a inclusão seja uma realidade dessas crianças e que o atendimento educacional especializado tornou-se indispensável para a realidade destas crianças, facilitando o seu desenvolvimento.

Mas como vimos às práticas que ocorrem já são um grande passo para que todos tenham as mesmas experiências escolares independente das suas limitações, sejam elas físicas ou intelectuais. A inclusão é um processo que vai passar por momentos difíceis até conseguir se consolidar para que não seja mais uma obrigação e sim uma realidade do cotidiano de qualquer pessoa.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva. Documento elaborado pelo Grupo de Trabalho nomeado pela Portaria nº

555/2007, prorrogada pela Portaria nº 948/2007, entregue ao Ministro da Educação em 07 de janeiro de 2008. Brasília, DF: Secretaria de Educação Especial / MEC, 2008. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/politicaeducacional.pdf>. Acesso em: 24 set. 2018.

BRASIL. Lei 13.146, de 06 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 7 jul. 2015. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm. Acesso em: 24 set. 2018.

DESLANDES, Suely Ferreira. **Pesquisa social**: teoria, método e criatividade. Petrópolis: Vozes, 2002.

MAZZOTTA, Marcos J.S. **Educação especial no Brasil**: história e políticas públicas. São Paulo: Cortez, 2011.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. **Inclusão escolar O que é? Por quê? Como fazer**. São Paulo: Moderna, 2003.

PROFESSORA I: Das concepções as práticas de inclusão [Entrevista cedida à Larissa Ribeiro Bueno. **Prática Inclusivas nas escolas do Município de Sinop** Sinop, UNEMAT, Curso de Pedagogia, ago/dez 2018.

PROFESSORA II: Das concepções as práticas de inclusão [Entrevista cedida à Larissa Ribeiro Bueno. **Prática Inclusivas nas escolas do Município de Sinop** Sinop, UNEMAT, Curso de Pedagogia, ago/dez 2018.

PROFESSORA III: Das concepções as práticas de inclusão [Entrevista cedida à Larissa Ribeiro Bueno. **Prática Inclusivas nas escolas do Município de Sinop** Sinop, UNEMAT, Curso de Pedagogia, ago/dez 2018.

POKER, Rosimar Bortolini *et al.* **Plano de desenvolvimento individual para o atendimento educacional especializado**. São Paulo: Cultura acadêmica; Marília: Oficina Universitária, v 7, 2013.

PACHECO, José; EGGERTSDÓTTIR, Rósa; MARINÓSSON, Gretar L. **Caminhos para a inclusão**: um guia para o aprimoramento da equipe docente. São Paulo: Artmed, 2006.

SILVA, José Pretto da; PANAROTTO, Janice. A Inclusão no Contexto Atual. *In*: XI SIMPÓSIO DE EXCELÊNCIA EM GESTÃO E TECNOLOGIA. 11, 2014, Resende, RJ. **Anais [...]** Resende, RJ: Associação Educacional Dom Bosco, 2014. Tema: Gestão do Conhecimento para a Sociedade. Eixo temático: Gestão de Pessoa, p. 1-17. Disponível em: <https://www.aedb.br/seget/arquivos/artigos14/9206.pdf>. Acesso em: 06 nov. 2018.

TRIVIÑOS, Augusto Nivaldo S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais**: a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Atlas, 1987.